

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	54
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.471.880
Preferenciais	0
Total	1.471.880
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.110.219	1.132.547	1.115.321
1.01	Ativo Circulante	69.743	93.410	171.150
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.753	77.179	158.737
1.01.03	Contas a Receber	14.049	11.277	10.589
1.01.03.01	Clientes	12.360	9.548	8.958
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.689	1.729	1.631
1.01.03.02.01	Contas a receber do Poder Concedente	1.689	1.729	1.631
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.892	3.540	753
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.892	3.540	753
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.049	1.414	1.071
1.01.08.03	Outros	2.049	1.414	1.071
1.01.08.03.02	Outros créditos	2.049	1.414	1.071
1.02	Ativo Não Circulante	1.040.476	1.039.137	944.171
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	169.225	171.330	142.405
1.02.01.07	Tributos Diferidos	137.684	141.293	110.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.684	141.293	110.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.541	30.037	32.405
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	15.911	18.897	21.811
1.02.01.10.05	Outros Ativos	11.315	10.369	9.329
1.02.01.10.06	Direito de uso	4.315	771	1.265
1.02.04	Intangível	871.251	867.807	801.766
1.02.04.01	Intangíveis	871.251	867.807	801.766
1.02.04.01.02	Intangível	841.393	862.344	652.043
1.02.04.01.03	Ativo contratual	29.858	5.463	149.723

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.110.219	1.132.547	1.115.321
2.01	Passivo Circulante	161.310	170.238	126.772
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.986	4.569	4.026
2.01.02	Fornecedores	54.765	41.127	32.147
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.765	41.127	32.147
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.176	3.165	2.342
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.073	1.910	1.283
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.103	1.255	1.059
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.046	42.763	5.649
2.01.04.02	Debêntures	27.046	42.763	5.649
2.01.05	Outras Obrigações	5.743	4.168	3.035
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.801	909	87
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.801	909	87
2.01.05.02	Outros	2.942	3.259	2.948
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.301	2.706	2.235
2.01.05.02.06	Arrendamento mercantil	1.641	553	713
2.01.06	Provisões	65.594	74.446	79.573
2.01.06.02	Outras Provisões	65.594	74.446	79.573
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção e Investimentos	65.594	74.446	79.573
2.02	Passivo Não Circulante	532.956	525.173	556.337
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	381.074	381.676	398.619
2.02.01.02	Debêntures	381.074	381.676	398.619
2.02.02	Outras Obrigações	8.513	6.003	8.545
2.02.02.02	Outros	8.513	6.003	8.545
2.02.02.02.03	Dividendos a Pagar	5.785	5.785	5.785
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	2.728	218	630
2.02.02.02.05	Obrigações fiscais	0	0	2.130
2.02.04	Provisões	143.369	137.494	149.173

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.979	65.206	64.653
2.02.04.02	Outras Provisões	62.390	72.288	84.520
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção e Investimentos	62.390	72.288	84.520
2.03	Patrimônio Líquido	415.953	437.136	432.212
2.03.01	Capital Social Realizado	861.448	845.448	821.448
2.03.02	Reservas de Capital	7.401	7.401	7.401
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-452.896	-415.713	-396.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	275.043	327.892	222.515
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-217.863	-320.186	-227.500
3.03	Resultado Bruto	57.180	7.706	-4.985
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.799	-19.958	-18.417
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.725	-20.037	-18.656
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	926	79	239
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.381	-12.252	-23.402
3.06	Resultado Financeiro	-60.954	-55.677	-58.908
3.06.01	Receitas Financeiras	9.073	14.095	4.951
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.027	-69.772	-63.859
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-33.573	-67.929	-82.310
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.609	31.293	7.526
3.08.02	Diferido	-3.609	31.293	7.526
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-37.182	-36.636	-74.784
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-37.182	-36.636	-74.784
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,2627	-0,2749	-0,6436

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-37.182	-36.636	-74.784
4.03	Resultado Abrangente do Período	-37.182	-36.636	-74.784

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.545	59.678	79.138
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	172.624	112.078	122.166
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-37.182	-36.636	-74.784
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	3.609	-31.293	-7.526
6.01.01.03	Amortização	95.211	83.946	78.530
6.01.01.04	Juros sobre debêntures passivas	50.003	53.197	52.783
6.01.01.05	Provisão Riscos Cíveis, Trib. e Trabalhistas	17.334	3.052	21.828
6.01.01.06	Provisão para Manutenção e Investimentos	43.511	39.812	51.335
6.01.01.08	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	138	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.257	10.221	-11.214
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e do Poder Concedente	-2.772	-688	-2.348
6.01.02.02	Despesas Antecipadas, e Outros Ativos	-933	-4.376	-851
6.01.02.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.986	2.914	4.774
6.01.02.04	Fornecedores, Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	-21.453	12.414	1.008
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	417	544	282
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	11	-1.307	-14.713
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	-1.406	-102	820
6.01.02.08	Partes relacionadas	1.893	822	-186
6.01.03	Outros	-63.822	-62.621	-31.814
6.01.03.01	Provisão para Manutenção - Utilização	-62.261	-60.122	-23.889
6.01.03.02	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários - Utilização	-1.561	-2.499	-7.925
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.560	-132.210	-58.189
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-62.560	-132.210	-58.189
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-51.411	-9.026	112.065
6.03.03	Aumento de Capital em Espécie	16.000	24.000	15.386
6.03.04	Debêntures - Captação	0	0	378.313
6.03.05	Debêntures - Pagamento de Principal	-39.749	-6.721	-260.000
6.03.06	Debêntures - Juros pagos	-26.573	-26.305	-21.634

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.07	Pagamento de principal e juros de Arrendamentos	-1.089	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.426	-81.558	133.014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.179	158.737	25.723
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.753	77.179	158.737

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	845.448	7.401	0	-415.714	0	437.135
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	845.448	7.401	0	-415.714	0	437.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.000	0	0	0	0	16.000
5.04.01	Aumentos de Capital	16.000	0	0	0	0	16.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.182	0	-37.182
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.182	0	-37.182
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	861.448	7.401	0	-452.896	0	415.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	821.448	7.401	0	-396.637	0	432.212
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	17.560	0	17.560
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	821.448	7.401	0	-379.077	0	449.772
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.000	0	0	0	0	24.000
5.04.01	Aumentos de Capital	24.000	0	0	0	0	24.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.636	0	-36.636
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.636	0	-36.636
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	845.448	7.401	0	-415.713	0	437.136

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.879	7.401	0	-321.853	0	204.427
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.879	7.401	0	-321.853	0	204.427
5.04	Transações de Capital com os Sócios	302.569	0	0	0	0	302.569
5.04.01	Aumentos de Capital	302.569	0	0	0	0	302.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.784	0	-74.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.784	0	-74.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	821.448	7.401	0	-396.637	0	432.212

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	293.745	343.941	236.651
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	212.093	180.983	159.193
7.01.02	Outras Receitas	19.074	18.767	17.033
7.01.02.01	Outras receitas - contraprestação pecuniária	19.074	18.767	17.033
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	62.578	144.191	60.425
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.041	-236.007	-149.570
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-50.568	-74.352	-59.622
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.653	-13.452	-8.159
7.02.04	Outros	-64.820	-148.203	-81.789
7.02.04.01	Custo da construção	-62.577	-144.191	-60.425
7.02.04.02	Outros	-2.243	-4.012	-21.364
7.03	Valor Adicionado Bruto	162.704	107.934	87.081
7.04	Retenções	-95.211	-83.946	-78.530
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-95.211	-83.946	-78.530
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	67.493	23.988	8.551
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.445	14.802	5.192
7.06.02	Receitas Financeiras	9.445	14.802	5.192
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	76.938	38.790	13.743
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	76.938	38.790	13.743
7.08.01	Pessoal	18.189	17.257	15.248
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.677	12.134	10.474
7.08.01.02	Benefícios	4.560	4.219	3.970
7.08.01.03	F.G.T.S.	952	904	804
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.913	-11.595	9.444
7.08.02.01	Federais	15.636	-20.365	1.728
7.08.02.02	Estaduais	3	3	3
7.08.02.03	Municipais	10.274	8.767	7.713
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.018	69.764	63.835

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.01	Juros	46.932	50.825	51.684
7.08.03.03	Outras	23.086	18.939	12.151
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.182	-36.636	-74.784
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.182	-36.636	-74.784

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.

A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais – (“SETOP”). A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada.

AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Mundys, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia México e Porto Rico.

A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques do ano de 2023

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 aumentou 17,2% em relação ao ano de 2022, alcançando R\$ 212.093 mil.

A receita líquida¹ no ano de 2023 foi de R\$ 212.466 mil (+15,7%).

O tráfego da Companhia em 2023 foi de 27.279 mil de eixos equivalentes², volume 9,3% maior que o tráfego registrado no ano de 2022.

O EBITDA ajustado³ em 2023 foi de R\$ 143.036 mil (+12,2%).

2. Desempenho Operacional

O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	275.043	100,0%	327.892	100,0%	(52.849)	-16,1%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(217.863)	-79,2%	(320.186)	-97,6%	102.323	-32,0%
LUCRO BRUTO	57.180	20,8%	7.706	2,4%	49.474	642,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(30.725)	-11,2%	(20.037)	-6,1%	(10.688)	53,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	926	0,3%	79	0,0%	847	1072,2%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	27.381	10,0%	(12.252)	-3,7%	39.633	-323,5%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	9.073	3,3%	14.095	4,3%	(5.022)	-35,6%
Despesas financeiras	(70.027)	-25,5%	(69.772)	-21,3%	(255)	0,4%
	(60.954)	-22,2%	(55.677)	-17,0%	(5.277)	9,5%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.573)	-12,2%	(67.929)	-20,7%	34.356	-50,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – Diferidos	(3.609)	-1,3%	31.293	9,5%	(34.902)	-111,5%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(37.182)	-13,5%	(36.636)	-11,2%	(546)	1,5%
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	(26,27)		(27,49)		1,22	-4,4%

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	212.093	100,0%	180.984	100,0%	31.109	17,2%
Outras receitas	19.074	9,0%	18.767	10,4%	307	1,6%
Receita de serviços de construção	62.577	29,5%	144.191	79,7%	(81.614)	-56,6%
Receita bruta	293.744	138,5%	343.942	190,0%	(50.198)	-14,6%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(10.264)	-4,8%	(8.759)	-4,8%	(1.505)	17,2%
PIS	(1.502)	-0,7%	(1.298)	-0,7%	(204)	15,7%
COFINS	(6.935)	-3,3%	(5.993)	-3,3%	(942)	15,7%
Receita líquida	275.043	129,7%	327.892	181,2%	(52.849)	-16,1%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	212.466	100,0%	183.701	100,0%	28.765	15,7%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 183.701 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 212.466 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) o aumento de 9,32% do tráfego em eixos equivalentes em 2023 com relação a 2022; e ii) o reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +4,18% a partir de 12 de junho de 2023.

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 56.254 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 69.430 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 23,4% em comparação ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento na provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Funcionários	(21.194)	12,9%	(20.035)	14,3%	(1.159)	5,8%
Materiais e equipamentos	(2.481)	1,5%	(2.792)	2,0%	311	-11,1%
Prestadores de serviços	(32.200)	19,6%	(28.007)	20,0%	(4.193)	15,0%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(16.539)	10,0%	(3.052)	2,2%	(13.487)	441,9%
Reembolso de Seguros	5.247	-3,2%	1.040	-0,7%	4.207	404,5%
Outras receitas/ despesas	(2.263)	1,4%	(3.408)	2,4%	1.145	-33,6%
Sub Total	(69.430)	42,2%	(56.254)	40,1%	(13.176)	23,4%
Depreciação e amortização	(95.211)	57,8%	(83.945)	59,9%	(11.266)	13,4%
Sub Total	(164.641)	100,0%	(140.199)	100,0%	(24.442)	17,4%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2023	AV%	2022	AV%		Var %
Conserva especial	(23.889)	28,8%	(24.409)	12,2%	520	-2,1%
Constituição da provisão para manutenção	(20.444)	24,6%	(55.754)	27,9%	35.310	-63,3%
Utilização da provisão para manutenção	23.889	28,8%	24.409	12,2%	(520)	-2,1%
Despesas com construção	(62.577)	75,4%	(144.191)	72,1%	81.614	-56,6%
Sub Total	(83.021)	100,0%	(199.945)	100,0%	116.924	-58,5%
Total Custos e Despesas Operacionais	(247.662)		(340.144)		92.482	-27,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	(20.444)	6,0%	(55.754)	16,4%	35.310	-63,3%
Despesas de amortização	(95.211)	28,0%	(83.945)	24,7%	(11.266)	13,4%
Despesas com prestadores de serviços	(32.200)	9,5%	(28.007)	8,2%	(4.193)	15,0%
Despesas com empregados	(21.194)	6,2%	(20.035)	5,9%	(1.159)	5,8%
Despesas com materiais e equipamentos	(2.481)	0,7%	(2.792)	0,8%	311	-11,1%
Custos com construção	(62.577)	18,4%	(144.191)	42,4%	81.614	-56,6%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(16.539)	4,9%	(3.052)	0,9%	(13.487)	441,9%
Reembolso com seguro	5.247	-1,5%	1.040	-0,3%	4.207	404,5%
Despesas com seguro	(1.179)	0,3%	(869)	0,3%	(310)	35,7%
Outras despesas gerais e administrativas	(2.010)	0,6%	(2.618)	0,8%	608	-23,2%
Outras receitas	926		79		847	1072,2%
		-0,3%		0,0%		%
Total	(247.662)	100,0%	(340.144)	100,0%	92.482	-27,2%
Custo dos serviços prestados	(217.863)	88,0%	(320.185)	94,1%	102.322	-32,0%
Despesas gerais e administrativas	(30.725)	12,4%	(20.037)	5,9%	(10.688)	53,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	926		79		847	1072,2%
		0,4%		0,0%		%
Total	(247.662)	100,0%	(340.143)	100,0%	92.481	-27,2%

EBITDA Ajustado

	2023	2022	V.H.
Receita líquida	275.043	327.892	-16,1%
Receita de construção	(62.577)	(144.191)	-56,6%
Receita líquida (ex receita de construção)	212.466	183.701	15,7%
Custos operacionais	(247.662)	(340.144)	-27,2%
Custos de construção	62.577	144.191	-56,6%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(185.085)	(195.953)	-5,5%
EBIT	27.381	(12.252)	-323,5%
Depreciação e amortização	95.211	83.945	13,4%
EBITDA	122.592	71.693	71,0%
Provisão para manutenção	20.444	55.754	-63,3%
EBITDA Ajustado	143.036	127.447	12,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>67,3%</i>	<i>69,4%</i>	<i>-3,0%</i>

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 143.036 mil em 2023 (+12,2%).

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro/ (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ (12.252) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 27.381 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ (60.954) mil em 2023 (-9,5%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de R\$ (67.929) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (33.573) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição Social diferidos passaram de R\$ 31.293 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (3.609) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Prejuízo Líquido do Exercício

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O prejuízo líquido do Exercício passou de R\$ (36.836) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (37.182) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Aumento de Capital

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 861.448 mil, representado por 1.471.879.959 ações ordinárias (R\$ 845.448 mil em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A.

Em 29 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Investimentos

Em 2023, a Concessionária AB Nascentes das Gerais continua seu processo de investimentos em melhorias nas rodovias do sistema, contribuindo para torná-las mais seguras, confortáveis e com plenas condições de trafegabilidade para seus usuários.

Neste sentido, concluiu-se no ano de 2023 importantes investimentos nos municípios de Piumhi, Itaú de Minas e São Sebastião do Paraíso, que envolvem a implantação de duplicações, travessias e contornos urbanos.

Destaca-se também a conclusão de obras de duplicações e entroncamento no polo de Divinópolis, passarelas de pedestres na região de Passos e serviços de restauração de pavimento e sinalização das rodovias do sistema, contribuindo para a melhoria da segurança e conforto dos usuários.

Para o ano de 2024, importantes obras têm conclusão prevista para o primeiro semestre, tais como faixas adicionais e novos entroncamentos no trecho entre Mateus Leme e Divinópolis e na região de Passos e Capitólio.

Até o final de 2024 há previsão também de conclusão de obras de novos entroncamentos, faixas adicionais e melhorias de traçado na região entre Piumhi e São Sebastião do Paraíso.

Dívida

A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 373.289 mil reais em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 5ª emissão de debêntures.

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	2023	2022
5ª emissão	400	IPCA + 5,97% a.a.	dez/30	408.120	424.439
Saldo Líquido*				408.120	424.439
Caixa				(50.753)	(77.179)
Dívida Líquida				357.367	347.260

*Valor da dívida líquido dos custos de transação das parcelas não protegidas

Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

4. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensificam-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.



Com esta campanha, as propriedades lindeiras são visitadas pelas equipes do Grupo a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do “Comunidade na Via”, os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde.

5. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6 de março de 2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlantia) ("Grupo").

O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$ 1.590 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo do Contrato de nº 7 ("TA07"). O referido TA07 tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de:

- (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro;

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente, e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária.

Nesse TA07 também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão.

Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada, dos quais constam previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 até o ano de 2025, conforme segue:

- Duplicações ao longo da rodovia: 16,63 km (em negociação no TA-08);
- Implantação de marginais: 6,1 km;
- Correções de traçado ao longo da rodovia: 12,05 km;
- Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia: 22,09 km;
- Implantação/Reformulação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: 28 un
- Passagens superiores, inferiores e passarelas: 10 un;

Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores nominais, na data-base 31 de dezembro de 2023, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$ 467.605 e de R\$ 123.769 (R\$ 433.251 e de R\$ 151.695 em 31 de dezembro de 2022) referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas e segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 11.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 91.567 (R\$ 76.828 em 2022). A Companhia possui geração de caixa oriundo de atividades operacionais positivas que, somado ao caixa disponível, permite que seus compromissos de curto prazo sejam honrados.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 28 de março de 2024.

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Contabilização do contrato de concessão patrocinada

Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão patrocinada. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional. Para os investimentos que geram potencial de receita adicional, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota 11.

c) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada

A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras

d) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS *Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em mudança nas políticas contábeis em si.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das

Notas Explicativas **Concessionária Rodovia MG050 S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretroatável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros – classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

2.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 7).

A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída.

2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos.

2.5 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados,

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.8. Provisão para manutenção

A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

2.9 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e

Notas Explicativas **Concessionária Rodovia MG050 S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de contraprestação pecuniária

Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção.

As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$ 62.577 (R\$ 144.191 em dezembro de 2022), e custo de construção nos mesmos valores.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente.

2.10 Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital

Concessionária Rodovia MG050 S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição.

2.11 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029.

2.12 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras:

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8) e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- Imposto mínimo complementar global.

Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16) e
- Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 03/IAS 17 e CPC 40/IFRS 7)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e contas bancárias	1.698	3.153
Aplicações financeiras (a)	49.055	74.026
Total	<u>50.753</u>	<u>77.179</u>

(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas, basicamente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 96,75% em 31 de dezembro de 2023 (97,22% em 31 de dezembro de 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes e do Poder Concedente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico	12.231	9.360
Cupons de pedágio	129	188
	<u>12.360</u>	<u>9.548</u>
Contraprestação pecuniária (a)	1.689	1.729
	<u>1.689</u>	<u>1.729</u>
Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente	<u>14.049</u>	<u>11.277</u>
Circulante	14.049	11.277

(a) Contraprestação pecuniária do Poder Concedente, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão. Os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperada com recebíveis. O prazo médio de vencimento

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	14.049	11.277

6. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

<u>Saldos patrimoniais</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante		
Fornecedores – Controladora AB Concessões S.A. (a)	2.801	909
Total	<u>2.801</u>	<u>909</u>
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar – Controladora: AB Concessões S.A.	5.785	5.785
Total	<u>5.785</u>	<u>5.785</u>
 Transações	 <u>31/12/2023</u>	 <u>31/12/2022</u>
Custos e despesas		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	8.229	6.407
Total	<u>8.229</u>	<u>6.407</u>

- (a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora AB Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº. 17 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o último de útil do mês subsequente à prestação de contas.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.891 (R\$ 2.621 em 31 de dezembro de 2022), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e bônus	2.174	1.959
Encargos	608	513
Outros benefícios	109	149
Total	<u>2.891</u>	<u>2.621</u>

7. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

<u>Custo</u>	<u>Intangível em rodovias (a)</u>	<u>Direito de uso de software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.223.768	831	1.224.599
Adições	136.464	241	136.705
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.360.232</u>	<u>1.072</u>	<u>1.361.304</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.360.232	1.072	1.361.304
Adições	97.628	23	97.651
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.457.860</u>	<u>1.095</u>	<u>1.458.955</u>
<u>Amortização acumulada</u>	<u>Intangível em rodovias (a)</u>	<u>Direito de uso de software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(422.080)	(753)	(422.833)
Amortização (b)	(65.645)	(42)	(65.687)
Transferências	(4.977)		(4.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(492.702)</u>	<u>(795)</u>	<u>(493.497)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(492.702)	(795)	(493.497)
Amortização	(94.135)	(72)	(94.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(586.837)</u>	<u>(867)</u>	<u>(587.704)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	867.530	277	867.807
Saldos em 31 de dezembro de 2023	871.023	228	871.251
Taxa média de amortização (a.a.)	6.92%	6,71%	
Ativo intangível		31/12/2023	31/12/2022
Ativo contratual		841.393	862.344
Total ativo da concessão		<u>29.858</u>	<u>5.463^(*)</u>
		<u>871.251</u>	<u>867.807</u>

(*) O valor de R\$ 116.468, apresentado na linha de ativo contratual em 31 de dezembro de 2022, foi reclassificado parcialmente para Ativo intangível para uma melhor apresentação.

(a) Referem-se aos itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados".

(b) O montante de R\$ 65.687 refere-se à: i) despesa de amortização no montante de R\$ 83.945, reconhecido no resultado, conforme nota explicativa n.º 16 e ii) reversão de R\$ 17.559 reconhecidos em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores.

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo classificado na rubrica de “Ativo contratual” é de R\$ 29.858 (R\$ 5.463 em 31 de dezembro de 2022).

O montante de ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

• ITV 129 - km 301,4 ao km 304,8	R\$ 8.368
• ITV121 - km 286,3 ao km 286,7 - ITV	R\$ 6.788
• ITV-24C - Implantar 3ª faixa lado direito/esquerdo	R\$ 6.244
• ITV 81B-82-83 - Implantar na travessia urbana de formiga multiviva com separador central - km 201,7 ao km 204,5	R\$ 3.667
• TF1 - Implantar 3ª faixa - LD - Km 76,0	R\$ 2.667
• ITV 135B - Implantação de 3a faixa km 318 a km 318,2	R\$ 1.332
• Demais obras	R\$ 792
	R\$ 29.858

Teste por redução ao valor recuperável (impairment)

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
5ª emissão	400	IPCA + 5,97% a.a.	Dezembro/2030	424.042	443.434
				424.042	443.434
Custo de transação				(15.922)	(18.995)
Saldo líquido				408.120	424.439

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Circulante	27.046	42.763
Não circulante	381.074	381.676

Cronograma de desembolsos (não circulante)

Ano do vencimento	Valor
2025	56.422
2026	77.110
2027	9.404
2028	62.534
2029	64.885
2030	123.658
(-) Custo de transação	(12.939)
	381.074

5ª emissão

Em 19 de maio de 2021, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e são atualizadas monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.

As debêntures da 5ª emissão da Companhia foram garantidas por:

- (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora.
- (2) Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1.
- (3) Fiança da controladora AB Concessões S.A.

Cláusulas restritivas

A escritura da 5ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), apurados semestralmente a partir de dezembro de 2022. A Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31 de dezembro de 2023.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de serviços de construção	52.153	38.216
Fornecedores operacionais	2.612	2.911
Total	<u>54.765</u>	<u>41.127</u>

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia.

10. Obrigações fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de integração social – PIS e COFINS	1.770	1.370
Impostos sobre serviços – ISS	1.103	1.256
Outros	303	539
Total obrigações fiscais – Circulante	3.176	3.165

11. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, sendo ajustada a valor presente à taxa de 10,07% a.a. em dezembro de 2023 (12,62% a.a. em dezembro 2022).

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.418	75.675	164.093
Constituição da provisão	48.599	20.507	61.909
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(5.963)	(18.226)	(24.189)
Realização da provisão	(60.122)	(17.556)	(70.481)
Ajuste a valor presente	8.153	7.249	15.402
Saldos em 31 de dezembro de 2022	79.085	67.649	146.734
Saldos em 31 de dezembro de 2022	79.085	67.649	146.734
Constituição da provisão	16.227	6.244	22.471
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(4.271)	(3.531)	(7.802)
Realização da provisão	(52.909)	(9.352)	(62.261)
Ajuste a valor presente	8.875	19.967	28.842
Saldos em 31 dezembro de 2023	47.007	80.977	127.984
Circulante	56.628	17.818	74.446
Não circulante	22.457	49.831	72.288
Total em 31 de dezembro de 2022	79.085	67.649	146.734
Circulante	27.596	37.998	65.594
Não circulante	19.411	42.978	62.390
Total em 31 de dezembro de 2023	47.007	80.977	127.984

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

O consumo da provisão é estimado para acontecer conforme abaixo:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
2024	27.596	37.998	65.594
2025	10.072	6.426	16.498
2026	6.346	7.574	13.920
2027	2.993	-	2.993
2028	-	15.190	15.190
2029	-	13.789	13.789
	47.007	80.977	127.984

12. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e administrativos e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam advir de referidos casos e estima que a decisão final dessas ações não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23 e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, na rubrica de Outros Ativos, no montante de R\$ 11.315 (R\$ 10.369 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2023
Cíveis (a)	29.687	6.157	(739)	(618)	5.311	39.798
Trabalhistas (b)	21.654	3.989	(1.788)	(126)	3.887	27.616
Outros processos (c)	13.865	5	(901)	(22)	610	13.557
Tributários	-	8	-	-	-	8
Total	65.206	10.159	(3.427)	(767)	9.808	80.979

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2022
Cíveis (a)	29.147	1.166	(3.889)	(643)	3.906	29.687
Trabalhistas (b)	20.363	1.752	(1.807)	(1.762)	3.108	21.654
Outros processos (c)	15.143	6.290	(13.019)	(94)	5.545	13.865

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Total	64.653	9.208	(18.715)	(2.499)	12.559	65.206
--------------	---------------	--------------	-----------------	----------------	---------------	---------------

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. Estes valores, decorrem, dentre outros, da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade, entre outros. Os valores decorrem, na sua maioria, de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores.
- (c) Correspondem, substancialmente, a processos administrativos do Poder Público, inclusive ambientais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos (i) cíveis decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$ 102.118 (R\$ 80.712 em 31 de dezembro de 2022); (ii) trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$ 3.741 (R\$ 146 em 31 de dezembro de 2022), classificados como risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis e trabalhistas	5.842	5.756
Processos tributários	4	-
Bloqueios judiciais (a)	10.065	13.141
Total de depósitos judiciais	15.911	18.897

- (a) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 10.065 (R\$ 13.141, em 31 de dezembro de 2022) referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Diferença temporária:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	80.979	15.773	65.206
Obrigações fiscais	1.045	375	670
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	329.402	-	329.402
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (b)	36.353	(4.277)	40.630
Arrendamento mercantil e provisões diversas	87	87	-
Provisão de manutenção e investimento	47.007	(32.078)	79.085
Base de cálculo	494.873	(20.120)	514.993
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Total do crédito	168.257	(6.841)	175.098
Débito de imposto	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Diferença temporária:			
Diferenças de taxa de amortização (c)	60.014	7.060	67.074
Outros ativos (d)	11.315	(946)	10.369
Encargos financeiros a apropriar	15.921	3.074	18.995
Juros de debêntures capitalizados	2.670	317	2.987
Base de cálculo	89.920	9.505	99.425
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	30.573	3.232	33.805
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	137.684	(3.609)	141.293

- (a) A Companhia procedeu com a remensuração do Ativo Fiscal Diferido decorrente do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, na medida em que avaliou que é provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido será recuperado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, conforme demonstrado abaixo, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais não reconhecidos	158.077	53.746	124.504	42.332
	158.077	53.746	124.504	42.332

- (b) O montante líquido de R\$ 36.353 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 40.630 em dezembro 2022) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da Lei 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por provisão de manutenção, e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (c) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº. 69 da Lei n. 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).
- (d) Referem-se aos casos nos quais a Companhia espera que parte dos valores das provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na nota explicativa nº. 12.

Reconciliação dos tributos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos são reconciliados com a alíquota nominal de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.573)	(67.928)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	11.415	23.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (i)	(11.414)	8.288
Outras diferenças permanentes	(3.610)	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.609)	31.293

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Alíquota efetiva de impostos	<u>10,75%</u>	<u>46,07%</u>
------------------------------	---------------	---------------

- (i) A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, até o limite em que será provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social poderão ser utilizados.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 861.447, representado por 1.471.879.959 ações ordinárias (R\$ 845.448 em 31 de dezembro de 2022, representado por 1.414.737.102), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A.

Em 29 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 16.000 com a emissão de 57.142.857 nova ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 7.401 como contrapartida dos saldos incorporados.

15. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de serviços prestados	212.093	180.984
Outras receitas - contraprestação pecuniária (a)	19.074	18.767
Receita de serviços de construção (b)	62.577	144.191
Receita bruta	<u>293.744</u>	<u>343.942</u>
Impostos sobre as vendas		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(10.264)	(8.759)
PIS	(1.502)	(1.298)
COFINS	(6.935)	(5.993)
Receita líquida	<u>275.043</u>	<u>327.892</u>

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- (a) Refere-se a receita de contraprestação pecuniária recebida do Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº. 5.
- (b) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.

16. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	(20.444)	(55.754)
Despesas de amortização (a)	(95.211)	(83.945)
Despesas com prestadores de serviços	(32.200)	(28.007)
Despesas com empregados	(21.194)	(20.035)
Despesas com materiais e equipamentos	(2.481)	(2.792)
Custos com construção	(62.577)	(144.191)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(16.539)	(3.052)
Reembolso com seguro	5.247	1.040
Despesas com seguro	(1.179)	(869)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.010)	(2.618)
Outras receitas	926	79
Total	<u>(247.662)</u>	<u>(340.144)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(217.863)	(320.186)
Despesas gerais e administrativas	(30.725)	(20.037)
Outras receitas operacionais	926	79
Total	<u>(247.662)</u>	<u>(340.144)</u>

- (a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.005 em 31 de dezembro de 2023 e R\$699 em 31 de dezembro de 2022.

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Receita com rendimento de aplicações financeiras e outras (a)	7.989	13.586
Outras receitas financeiras	1.084	509
	<u>9.073</u>	<u>14.095</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente da provisão para manutenção e investimentos	(19.493)	(15.402)
Juros e variações monetárias sobre debêntures (b)	(50.004)	(53.197)
Comissões bancárias e outras	(256)	(675)
Outras despesas financeiras	(274)	(498)
	<u>(70.027)</u>	<u>(69.772)</u>
Resultado financeiro	<u>(60.954)</u>	<u>(55.677)</u>

- (a) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária a receber do Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 5.
- (b) Juros e variação monetária das debêntures da 5ª emissão que correspondem a variação acumulada do IPCA mais 5,97% ao ano, conforme nota 8.

18. Resultado básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

<u>Básico e diluído</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício (em Reais)	(37.182.838)	(36.635.754)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	1.415.207	1.332.658
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	(26,27)	(27,49)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos.

19. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

Informações suplementares

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	35.091	(3.434)
Provisão de investimento - (Realização)	-	10.359
Provisão de investimento - (Constituição)	-	(13.310)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	35.091	(6.385)
Aquisições do intangível – Fornecedores	(35.091)	3.434
Aquisições do intangível - Provisão de investimento	-	(10.359)
Aquisições do intangível - Provisão de investimento	-	13.310
Aquisições de direito de uso	(4.549)	-
Efeito no caixa líquido das atividades investimentos	(39.640)	6.385
Arrendamento	4.549	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	4.549	-

- b) Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(424.439)	(771)	(425.210)
Pagamento de principal e juros		1.089	1.089
Juros sobre debêntures passivas	(50.004)	-	(50.004)
Pagamentos de debêntures – principal	39.749	-	39.749
Pagamentos de debêntures – juros	26.573	-	26.573

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	16.318	1.089	17.407
Outras variações			
Ajuste a valor presente e juros	-	(138)	(138)
Adições	-	(4.549)	(4.549)
Total das outras variações	-	(4.687)	(4.687)
Saldo Final	(408.121)	(4.369)	(412.490)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o reforço de seu capital de giro.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo) uma vez que as contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas possuem prazo médio de 30 dias.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	408.120	425.028	424.439	392.818

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os valores justos informados, determinados de acordo com o Nível 2 na hierarquia do valor justo, não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Valor dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.753	77.179
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	14.049	11.277
Passivos		
Fornecedores	54.765	41.127
Fornecedores - partes relacionadas	2.801	909
Debêntures	408.120	424.439
Passivo de arrendamento	4.369	771
Dividendos a Pagar	5.785	5.785

b) *Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo*

Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

a) Riscos de mercado

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA relativos a debêntures em reais.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2023, a administração efetuou análise de sensibilidade apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023;
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023;
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do IPCA (a)	-	4,46%	5,57%	6,69%
Debêntures indexador				
Debêntures 5ª emissão – IPCA (b)	(424.042)	(45.343)	(50.350)	(55.356)
	<u>(424.042)</u>	<u>(45.343)</u>	<u>(50.350)</u>	<u>(55.356)</u>
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				
Indexador				
CDB e operações compromissadas - CDI (c)	47.653	2.099	2.623	3.148
Exposição líquida – perda	(376.389)	(43.244)	(47.726)	(52.209)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	-	-	(4.482)	(8.965)

(a) Fonte: Banco Central do Brasil Sistema de Expectativa de Mercado – Séries de estatísticas consolidadas

(b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 8.

(c) Conforme nota explicativa n.º 4.

Exposição a riscos cambiais

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.
 Notas explicativas às Demonstrações financeiras
 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de classificação de risco de crédito (“rating”).

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças.

A Companhia apresenta valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.753	77.179
Contas a receber e do Poder Concedente	14.049	11.277

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do período:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:									
Contas a receber de clientes e poder concedente	14.049	-	14.049	-	14.049	-	-	-	-
Total ativo	14.049	-	14.049	-	14.049	-	-	-	-
Passivos:									
Debêntures - principal e juros (b)	(424.042)	(173.176)	(39.831)	(25.850)	(65.681)	(153.063)	(107.730)	(270.744)	(531.537)
Fornecedores e partes relacionadas	(57.566)	-	(22.683)	(34.883)	(57.566)	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	(4.369)	(550)	(519)	(1.429)	(1.948)	(2.971)	-	-	(2.971)
Dividendos a pagar	(5.785)	-	-	-	-	-	-	(5.785)	(5.785)
Total passivo	(491.762)	(173.726)	(63.033)	(62.162)	(125.195)	(156.034)	(107.730)	(276.529)	(540.293)
Exposição líquida	(477.713)	(173.726)	(48.944)	(62.162)	(111.146)	(156.034)	(107.730)	(276.529)	(540.293)

- (a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2023 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.
- (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures. Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 8

Notas Explicativas **Concessionária Rodovia MG050 S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

21. Gestão de risco de capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros.

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Endividamento

O índice de endividamento é o seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dívida financeira total (a)	424.042	443.434
Caixa e equivalentes de caixa	(50.753)	(77.179)
Dívida líquida	<u>373.289</u>	<u>366.255</u>
Patrimônio líquido	415.953	400.688
Índice de endividamento líquido	0,90	0,91

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 8.

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,90 em 31 de dezembro de 2023 (0,91 em 31 de dezembro de 2022), principalmente devido ao reforço de caixa, resultado da 5ª emissão de debêntures públicas (Nota 8), cujos recursos foram destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, ocorridas no período igual ou inferior a 24 (vinte quatro) meses antes do encerramento da oferta relativos à consecução de Projeto, no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007.

22. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

23. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos - responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	44.729	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	44.593	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	24.261	Outubro/2024
Seguro garantia	Garantia de conservação da concessão	54.239	Setembro/2024
Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	132.339	Setembro/2024
Seguro riscos de engenharia	Obras civis em construções	15.400	Fevereiro/2024
Seguro riscos de engenharia	Obras civis em construções	5.580	Março/2024
Seguro riscos de engenharia	Obras civis em construções	7.947	Agosto/2024

Jose Renato Ricciardi
Diretor Presidente

Alexandre Tujisoki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Costa Silva
Contador - CRC SP- 219557/0-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Conselheiros e Diretores da
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.
Divinópolis - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos
Veja a Notas 2.4 e 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, envolvendo premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia;
- (ii) Avaliação da razoabilidade do momento de reversão das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, para a determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros e utilização de prejuízo fiscal e base negativa; e
- (iii) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;
- (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a

responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.